NOTAS E APONTAMENTOS ACERCA DAS CRÔNICAS DE ALMEIDA NOGUEIRA DAS TURMAS ACADÊMICAS DE 1852-1856 E 1858-1862

NOTES AND COMMENTS ABOUT ALMEIDA NOGUEIRA'S CHRONICLES ON THE 1852-1856 AND 1858-1862 CLASSES

Ariel Engel Pesso[*]

Resumo:
Este artigo apresenta as crônicas das turmas acadêmicas de 1852-1856 e 1858-1862, redigidas por Almeida Nogueira e publicadas no *Correio Paulistano* em 1906. Tais crônicas não foram incluídas em sua obra *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências* (1907-1912, 9 volumes) e, por isso, ainda permanecem inéditas. Foram acrescidas de notas e apontamentos para o melhor entendimento acerca da vida acadêmica da época.

Palavras-chave: Memórias acadêmicas. Turma acadêmica de 1852-1856. Turma acadêmica de 1858-1862. Faculdade de Direito de São Paulo. Almeida Nogueira. Tradições e reminiscências.

Abstract:
This paper presents the chronicles of the 1852-1856 and 1858-1862 classes, written by Almeida Nogueira and published on the *Correio Paulistano* in 1906. These chronicles were not included in his work *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências* (1907-1912, 9 volumes) and, for this reason, remain unpublished. Notes and remarks have been added for a better understanding of academic life at that time.

Keywords: Academic memories. 1852-1856 classes. 1858-1862 classes. São Paulo Law School. Almeida Nogueira. Traditions and reminiscences.

[*] Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, atualmente é doutorando em Teoria Geral e Filosofia do Direito (ênfase: História do Direito) pela mesma instituição. Pesquisador visitante na Universidade de Harvard. Bacharel e Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista da FAPESP (Processo n. 2019/04345-9).

1. Introdução

José Luís de Almeida Nogueira (1851-1914)[1] consagrou-se como o grande cronista da vida acadêmica da Faculdade de Direito de São Paulo no século XIX. Sua obra *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências foi publicada entre 1907 e 1912, totalizando 9 volumes ao todo. Nela, o autor abordou as turmas formadas entre 1831 e 1878, mas não conseguiu concluir as crônicas de algumas turmas[2] em função de sua morte repentina em 1914. Muito do material que ele estava reunindo para publicar o relato dessas turmas em forma de livro acabou se perdendo, mas em pesquisa recente (PESSO, 2021) descobrimos sete crônicas ainda inéditas: turma acadêmica de 1831-1835, turma acadêmica de 1852-1856, turma acadêmica de 1858-1862, turma acadêmica de 1859-1863, turma acadêmica de 1865-1869, turma acadêmica de 1868-1872 e uma disputa entre Rodrigues Alves e Affonso Penna em 1870.[3] O presente artigo traz a lume as crônicas das duas primeiras turmas, com notas e apontamentos para facilitar a compreensão da vida acadêmica oitocentista. A crônica da turma acadêmica de 1852-1856 foi escrita em 5 de maio e publicada no *Correio Paulistano* em 7 de maio de 1906 e a da turma acadêmica de 1858-1862 foi escrita em 31 de março e publicada no mesmo jornal em 2 de abril de 1906 – esta segunda foi a primeira coluna a tratar do assunto no veículo e é dedicado quase exclusivamente a Ramos Nogueira, tio de Almeida Nogueira.

---

1 Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi professor catedrático de Economia Política na instituição entre 1892 e 1914, quando faleceu. Dentre suas obras, destacam-se a monumental *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências (1907-1912, 9 v.) e o *Curso didactico de economia politica ou sciencia do valor* (1913, 2 v.).

2 As turmas que não foram incluídas são: 1831-35, 1842-46, 1846-50, 1849-53, 1852-56, 1857-61, 1858-62, 1859-63, 1865-69, 1866-70, 1868-72 e 1873-77. As oito primeiras turmas referidas foram incluídas na 2ª e 3ª edição de sua obra (1953-1955 e 1977), mas foram fruto da pesquisa de Carlos Penteado de Rezende e não guardam relação com a pesquisa feita por Almeida Nogueira.

3 Respectivamente: “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – A turma academica de 1831-35 (parte primeira)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de março de 1914, p. 1-2; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – A turma academica de 1831-35 (parte segunda)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de abril de 1914, p. 1; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1856)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de maio de 1906, p. 1-2; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de abril de 1906, p. 1; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1863)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 16 de abril de 1906, p. 1-2; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1869)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de abril de 1906, p. 1-2; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1872)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 14 de maio de 1906, p. 1-2 e “Great Attraction! – Rodrigues Alves e Affonso Penna (em 1870) – Emulos e amigos, na Academia de Direito de São Paulo”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, 6 de novembro de 1905, p. 1.

Algumas considerações sobre a transcrição se fazem necessárias. Em primeiro lugar, optamos por reproduzir com o máximo de fidelidade a fonte primária (retirada da Hemeroteca Digital Brasileira[4]), fazendo apenas alterações pontuais e de caráter formal (de acordo com o estilo empregado pelo autor na 1ª edição de 1907-1912). Neste sentido, (i) efetuamos a modernização da grafia (o que incluiu o nome de alunos e lentes, como eram chamados os professores à época); (ii) incluímos adições sempre entre colchetes ([ ]), sejam notas de rodapé ou informações adicionais;[5] também entre colchetes aparecem trechos que não tivemos certeza na transcrição (com o sinal [?]) ou que estavam ilegíveis ([*ilegível*]); (iii) optamos por traduzir, em notas de rodapé, as palavras e expressões em língua estrangeira que poderiam dificultar o entendimento do texto.

2. A Turma Acadêmica de 1852-1856[6]

Personagens de *primo cartello* – Os lentes de então – Média intelectual elevada – Relação dos notáveis – Estrelas, planetas e satélites – Duarte de Azevedo, estudante – Diálogo no Palácio Isabel – Duarte em traços largos – Andrade Figueira, na Academia – Mortificado por ter sido aplaudido – Resposta ao Imperador – O grande Gaspar Martins – Despacho curioso – Invectivas arrojadas – Doze Pares – Costa Pereira – Urubu de uma cadeira senatorial – Lição de polidez – Outros moços notáveis – Alves dos Santos – Flávio Farnesi – Varejão – Andrade Pinto – Seu temperamento impulsivo – Outra classe também distinta – Rodrigo Silva – O seu *savoir dire* – Boa pilhéria – A sua excessiva discrição – Lopes Chaves – A sua perspicácia – Um punhado de moços talentosos – Raphael Brotero – Castrioto – Lopo Diniz – Sem prejuízo da dinastia imperante – Luiz Novaes – "*Tu es Petrus*" – Os *regulares* – Um bom grupo deles – Mendonça Furtado – Explicação magnífica! – O grupo dos menos estudiosos – Marques de Sá – Marquês e duque à força – Cavaco de encerramento.

Vamos hoje nos ocupar da turma acadêmica de 1852-56, a qual, portanto, bacharelou-se neste último ano.

Compunha-se ela de 43 estudantes,[[7]] entre os quais, como se verá, contam-se atores de *primo cartello*[[8]] no vasto cenário da política nacional...

Mas, não antecipemos.

---

4 Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

5 As remições aos lentes foram retiradas do índice remissivo organizado por Celso Maria de Mello Pupo e publicada na *Revista do Arquivo Municipal* em 1977 (cf. PUPO, 1977). Outras informações sobre os lentes e alunos podem ser encontradas em Spencer Vampré (1977, 2 v.) e em Waldemar Ferreira (1928a e 1928b).

6 Ver também Nogueira (1977, v. 4, p. 93-114), pesquisa de Carlos Penteado de Rezende.

7 Apesar de mencioná-lo, Almeida Nogueira não faz a crônica de Júlio Xavier Ferreira.

8 Tradução: de primeira ordem, excelente.

Durante todo o curso acadêmico desta turma de bacharéis, conservou-se interinamente no cargo de diretor da Faculdade o conselheiro Brotero, na qualidade de lente mais antigo.

Somente no ano seguinte, a saber em 1857, tomou posse do cargo como diretor efetivo o conselheiro Manuel Joaquim [do Amaral Gurgel],[[9]] que o exerceu até 1864.

Foram lentes da turma:

No 1º ano, Brotero[[10]] e Crispiniano[[11]];

No 2º ano, o mesmo Brotero e monsenhor Anacleto[[12]];

No 3º, Veiga Cabral[[13]] e Manuel Dias[[14]];

No 4º, [Veiga] Cabral e Falcão Sênior[[15]];

No 5º, Carneiro de Campos,[[16]] Ramalho[[17]] e Furtado[[18]].

Lecionaram por vezes, como substitutos, Ribas, Gabriel e Carrão.

A média intelectual da turma de 56 era assaz elevada; pois dentre 43 estudantes assinalavam-se notavelmente pelo estudo e pelo talento para mais de uma dúzia, e os outros, que se lhes seguiam, estavam longe de ser um restolho. Pois deles colhiam-se ainda, pelo menos, outros 12 também dignos de todas as homenagens como inteligentes e aplicados; e após estes, outra dúzia ou mais, que, com quanto menos aplicada, não desdourava os loros intelectuais da mocidade brasileira.

O contingente da mediocridade mal atingia, portanto, à meia dúzia.

Dos 43 bacharéis, três defenderam teses e obtiveram o grau de doutor: Andrade Figueira, logo no ano seguinte, em 1857; Câmara Leal, em 1858; e Duarte de Azevedo, em 1859, de volta da sua presidência no Ceará.

Antes de passarmos ao estudo analítico desta plêiade de moços... Sexagenários hoje, mencionemos desde já alguns dos nomes que mais se têm salientado.

---

[9] Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864), lente de direito natural entre 1834-1858.

[10] José Maria de Avellar Brotero (1798-1878), lente de direito natural entre 1827-1871.

[11] João Crispiniano Soares (1809-1876), lente de direito romano entre 1854-1871.

[12] Anacleto José Ribeiro Coutinho (1800-1881), lente de direito eclesiástico entre 1835-1859.

[13] Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral (1800-1862), lente de direito civil entre 1829-1861.

[14] Manuel Dias de Toledo (1802-1874), lente de direito criminal entre 1834-1870.

[15] Clemente Falcão de Souza (1798-1868), lente de direito comercial entre 1831 e 1864. Almeida Nogueira o chama de Falcão Sênior para diferenciá-lo do filho, Clemente Falcão de Souza Filho (1834 -1887), também lente na Faculdade de São Paulo (de direito civil, entre 1870-1887).

[16] Carlos Carneiro de Campos (1805-1878), lente de economia política entre 1829-1858.

[17] Joaquim Ignacio Ramalho (Barão de Ramalho) (1809-1902), lente de teoria e prática do processo entre 1854-1883.

[18] Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça (1812-1890), lente de direito administrativo entre 1856-1881.

Na política ou na alta administração do país:

- Duarte de Azevedo
- Gaspar Martins
- Rodrigo Silva
- Andrade Figueira
- Costa Pereira
- Andrade Pinto
- Lopes Chaves
- José Alves dos Santos
- Carlos Castrioto
- Fidelis Botelho

Na política paulista:

- Luiz Dias Novaes
- Joaquim Ignacio de Moraes
- Antônio C. Mendonça Furtado

Na magistratura:

- Américo Vespúcio
- A. Lourenço de Freitas
- Serafim Muniz Barreto
- Júlio Xavier Ferreira

No jornalismo:

- Flávio Farnesi
- Achilles Varejão

Na advocacia:

- Moreira Tavares
- Carlos Taylor
- Lopo Diniz Cordeiro
- Câmara Leal
- Raphael Brotero

Numa coletividade acadêmica, assim como numa constelação celeste, observam-se astros de todas as categorias, estrelas luminosas e corpos opacos ou mais propriamente, sóis, planetas e satélites.

Nesta, na turma acadêmica que perambulou sob as arcadas do convento de S. Francisco de 1852 a 1856, notavam-se, na conformidade da imagem astronômica

acima empregada – dois sóis, ou duas estrelas de primeira grandeza: Duarte de Azevedo e Andrade Figueira.

Sem querer desmerecer aos demais, e mesmo no uniforme conceito dos colegas – foram estas duas individualidades as que mais se destacaram como estudantes de direito durante todo o curso acadêmico.

Ainda que muitos amigos (e jamais, posteriormente, o deixaram de ser) eram então considerados como condignos competidores nos exercícios escolares: ambos iguais no brilho, ambos... Estes dois astros ao zênite caminhavam. E os tempos que se seguiram vieram confirmar plenamente as previsões que se formavam então.

Manuel Antônio Duarte de Azevedo – Não temos que dizer quem ele tem sido na cena pública do país. Não há quem o ignore. Cumpre-nos apenas dizer sobre o estudante Duarte de Azevedo.

No físico, era bem apessoado, elegante, simpático... E até bonito, era opinião do belo sexo[[19]] daquele tempo.

Tinha uma singularidade que lhe calhava bem: trazia os bigodes raspados e barba no queixo. Assim usou por muito tempo.

Era de trato muito ameno, o que lhe aumentava na Academia a popularidade e a admiração a que lhe dava jus a sua superioridade intelectual.

Jurisconsulto, poeta, orador, jornalista, possuía Duarte de Azevedo títulos sobejos, que legitimavam aquela primazia.

Quiséramos a respeito dele referir alguns episódios dos tempos idos... Mas o cavaco[[20]] do Siqueira Reis está a nos valer de escarmento.

A despeito de quaisquer prevenções partidárias, sempre foi ele muito estimado na sociedade paulista, em todas as rodas.

Querem a prova?

Uma vez, em Petrópolis, conversando-se no palácio Isabel sobre flores, e exaltando-se, com razão, a beleza dos cravos de S. Paulo, perguntou a princesa imperial ao então ministro da justiça:

– Sr. Duarte, qual é o cravo mais apreciado em S. Paulo?

– Senhora, disse sorrindo o conselheiro: o cravo mais estimado em S. Paulo é – o “Duarte de Azevedo”.

A princesa riu-se gostosamente, imaginando um gracejo; entretanto, havia e há, efetivamente, um belíssimo cravo, ao qual, por simpatia a Duarte de Azevedo, deram os colecionadores aquela denominação.

---

19 Mulheres, também chamado de “sexo fraco”. “Sexo feio” e “sexo forte” referiam-se a homens.

20 Conversa amigável (cavaqueira); aqui, tem o sentido de brincadeira, gracejo.

Como dissemos, tem tido Duarte de Azevedo na sociedade brasileira, as mais eminentes posições: na monarquia foi deputado provincial e geral, presidente de província, ministro e conselheiro de Estado; na República, senador do Estado, presidente do Senado e do Congresso Constituinte, e não foi, por não ter querido, senador federal.

Foi lente catedrático da Faculdade de Direito,[[21]] foi, e ainda é – emérito advogado, distinto jornalista e notável orador parlamentar.

Releve-nos o bondoso mestre... Tão merecido incenso.

Domingos de Andrade Figueira – Também dispensa dados biográficos.

Então na Academia, como posteriormente na vida pública – era aquela mesma têmpera granítica.

Talento vigoroso, vontade de ferro, caráter alevantado – foi sempre o mesmo homem, irredutível, intransigente, impertérrito!

Mas, não nos ocupemos senão do estudante.

Dizem os contemporâneos – que as suas lições[[22]] equiparavam-se a verdadeiros comentários sobre o assunto explicado.

O seu trato, porém, pouco sociável, às vezes tornava restrito o círculo dos seus amigos, e mesmo ocasionou-lhe um conflito material com um colega de nome Orosimbo.

Resistente aos ataques, espírito afeto à luta, Andrade Figueira era, e ainda é, insensível aos encômios, indiferente aos aplausos, sobranceiro à aura popular.

Toda a gente se recorda da sua atitude por ocasião dos debates parlamentares a propósito do problema abolicionista.

Sob o segundo ministério Saraiva, segundo nos parece, discutia-se o projeto de emancipação dos escravos sexagenários.

Ao artigo que assim dispunha propuseram os seus antagonistas uma emenda determinadora da indenização de 200$000.

Procedendo-se à votação nominal, pronunciou-se contra a emenda o deputado Andrade Figueira. As tribunas e as galerias estavam repletas de espectadores, que acompanhavam com ansiedade a votação.

O voto, totalmente inesperado de Andrade Figueira, contrário à emenda – foi recebido com calorosos aplausos pelos abolicionistas.

No dia seguinte, veio ele à tribuna e declarou – que haviam-no amofinado extremamente aquelas ovações; porque eram o resultado de um equívoco e de uma

21 Lente de direito romano entre 1871-1881. Na obra de Almeida Nogueira, há diversas remições a ele: Nogueira (1907, v. 2, p. 147, 156 e 178; 1908, v. 4, p. 154; 1909, v. 7, p. 280; 1910, v. 8, p. 132).

22 À época, a aula era dividida em dois momentos: a lição (retomada, por alunos escolhidos pelo lente, da aula anterior) e a preleção (proferida pelo lente) (cf. Cap. V, art. 2º dos Estatutos de 1831 e art. 69 do Decreto n. 1.386, de 28 de abril de 1854).

injustiça. Ele votava contra a emenda porque entendia, não que os escravos sexagenários devessem ser libertados por lei sem indenização aos seus senhores, mas porque lhe não era lícito marcar o preço à fazenda alheia.

Na Academia como em toda a sua vida até ao presente, a sua linguagem era franca, sincera, a fiel expressão do pensamento.

Por ocasião da Proclamação da República, reunido o conselho do Estado na noite de 15 de novembro no paço da cidade, molestava-se Andrade Figueira por ver a relativa despreocupação do imperador, que lhe pareceu mal informado sobre a realidade dos acontecimentos.

– Tudo se dá de acabar, dizia d. Pedro II, eu não sou marinheiro de primeira viagem...

– Pode bem ser!... Observou o dr. Andrade Figueira; mas asseguro a V. M. que, viagem como esta, ainda V. M. não fez...

Prossigamos.

Gaspar Silveira Martins – Foi uma das mais maravilhosas mentalidades, que têm tido a pátria brasileira.

Na Academia, porém, não se dedicava exclusivamente ao estudo de direito; mas à literatura, às ciências naturais e à filosofia. Era, desde então, poliglota; pois conhecia e falava nada menos de seis idiomas.

Estudou dois anos em Pernambuco.[[23]]

Pouco depois de formado, exerceu o cargo de juiz municipal na Corte, assinalando-se pelo estudo, pela integridade e, por vezes, pela forma enérgica e inacostumada dos seus despachos.

Assim, uma vez, a uma réplica impertinente e indelicada despachou ele: "*Vá às favas*".

Auxiliado por um físico avantajado, uma voz cheia e vigorosa, uma fisionomia dominadora, Gaspar Martins era um verdadeiro atleta, um valente lutador. Agressivo, audacioso no ataque; forte, opressivo, quando em defesa do poder. Invectivava de Jorge III ao imperador, e de Joana-a-Louca à princesa imperial; e considerava como *libré*[[24]] a farda dos ministros; quando governo, porém, deixou frases como esta: "o poder é o poder!".

Possuía uma eloquência impetuosa, como a de Demóstenes, a de Mirabeau e a de Gambetta.

Ao lado dele era Ferreira Vianna, um Cícero, um Vergniaud, um Castellar.

[23] A transferência entre os cursos jurídicos de Pernambuco (Olinda e depois Recife) e de São Paulo eram permitidas e frequentes.

[24] Aqui, com sentido de uniforme.

Gaspar Martins está compreendido na primeira dúzia, entre os grandes estudantes, os estudantões desse ano.

Os outros da mesma categoria são estes: Costa Pereira, Orosimbo de Araújo, Paes Leme, Taylor, Câmara Leal, Alves dos Santos, Flávio Farnesi, Andrade Pinto, Azevedo Magalhães, Achilles Varejão.

Algumas breves palavras sobre cada um destes.

José Fernandes da Costa Pereira [Júnior] – Natural de Campos, da freguesia do Morro do Coco. Trouxe para a Academia uma carta de bacharel de Pedro II,[[25]] onde fez um curso brilhante alcançando em todos os anos o... 2º prêmio: porque o 1º esteve sempre monopolizado pelo colega Duarte de Azevedo.

Foi na Academia um bom estudante, sempre enumerado entre os primeiros. Era também literato e fluente orador.

Na vida pública, exerceu os elevados cargos de presidente de várias províncias, entre as quais a de S. Paulo e a do Rio Grande do Sul, deputado geral e ministro.

Esteve, por um triz a ser senador pela província do Espírito Santo, que o elegera deputado.

A esse tempo era a cadeira vitalícia por aquela província ocupada pelo senador Jobim, que, conquanto adoentado, não estava disposto a despedir-se da vida.

Ocorre-nos que, num jantar, propondo alguém um brinde ao conselheiro Costa Pereira, exclamou jocosamente o senador Jobim:

– Não bebo! Não bebo! Ele é o meu urubu!

Na Academia, como em toda a sua vida, sempre distinguiu-se Costa Pereira por sua afabilidade e delicadeza.

Uma vez, na Câmara dos Deputados, contestando-lhe um competidor o seu diploma de deputado, referiu-se por vezes com intenção de mofa à freguesia do Morro do Coco, pois que ela absolutamente não vinha a propósito na discussão que se travava.

Em resposta, depois de haver atendido a todos os argumentos do seu contrário, Costa Pereira achou meio de também se referir ao seu torrão natal, "cujos habitantes", concluiu ele, "sempre se assinalaram pela sua honradez, pelo seu patriotismo e, o que em nada os prejudica (*olhando expressivamente para o seu adversário*) pela sua exemplar civilidade".

Orosimbo Augusto Horta de Araújo – Natural de Minas Gerais. Era um talento promissor, que pronto se extinguiu; pois veio a falecer o distinto moço dois anos depois da sua formatura.

[25] Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Antônio Dias Paes Leme – Natural do Rio de Janeiro. Não temos sobre ele informação alguma.

Carlos Frederico Taylor – Também do Rio de Janeiro. A princípio seguiu a magistratura, tendo exercido em Cabo Frio e em Angra o cargo de promotor público, e o de suplente de juiz municipal na Corte. Depois dedicou-se à advocacia, tornando-se um dos melhores advogados do foro fluminense.

José Maria da Câmara Leal – do Rio de Janeiro. Doutorou-se em 1858 e no mesmo ano foi juiz municipal em S. Paulo.

Não confundir com o autor das *Suspeições e Recusações*, de Luiz Francisco da Câmara Leal, formado em 1845; nem com os irmãos Câmara Leal, distintos advogados em Taubaté, formados em 1879 e 91. Certamente são parentes um e outros.

José Alves de Azevedo Magalhães – do Rio de Janeiro. Bacharel de Pedro II. De pouca avantajada estatura. Era, por isso, apelidado pelos colegas *Pequinitate*.

Seguiu a carreira da magistratura e foi juiz municipal nas províncias do Rio de Janeiro em 1858 e do Rio Grande do Sul em 1861. Foi, depois, juiz de direito e finalmente desembargador da relação da Corte.

José Alves dos Santos [Filho] – este conhecemo-lo muito; e quem o não conheceu em S. Paulo?

No mesmo ano da sua formatura, foi ele nomeado promotor público da Franca, e mal concluído o ano de prática, em 1857, foi juiz municipal de Casa Branca.

Neste mesmo ano, foi eleito para o biênio de 1858-59 deputado à Assembleia provincial de S. Paulo, pelo então 9º distrito, que compreendia Mogi Mirim, seu município natal.

Reeleito para o biênio seguinte de 1860-1861.

Foi ainda deputado provincial na legislatura de 1870-1871, deixando depois a cadeira ao seu digno irmão dr. Francisco Alves dos Santos.

Foi deputado à Assembleia Geral na legislatura convocada para 1876, dissolvida em 1878 com a ascensão do ministério Sinimbu.

Posteriormente, em 1886 ou 87, convidado pelos seus correligionários a apresentar-se candidato à deputação geral, deu-lhes uma resposta expressiva ao mesmo tempo da sua pouca ambição e muito comodismo. Declarou que não, que não desejava o cargo e, soba a influência da alta temperatura que fazia, acrescentou com chiste e sinceridade: “... E duvido que haja quem queira... Neste tempo de tanto calor!”.

É falecido há cerca de dois anos.

Flávio Farnesi da Paixão [Júnior] – era natural de Minas Gerais. Logo após a sua formatura, foi nomeado procurador fiscal em Ouro Preto (1856), depois, em 1858, promotor público da mesma capital. Mudou-se depois para “a Corte”, como então se dizia, onde entregou-se à advocacia e ao jornalismo. Redigiu a *Actualidade*, folha política

de ideias liberais, quase republicanas. Além de Farnesi eram seus redatores, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Luiz Pereira de Sousa.

Faleceu prematuramente, na flor da idade.

Antônio Achilles de Miranda Varejão – do Rio de Janeiro. Além de bom estudante de direito, era também um fino cultor das letras.

Exerceu primeiramente cargos secundários da administração (1857-59). Dedicou-se depois ao jornalismo e foi assíduo colaborador do *Jornal do Commercio*.

Durante muitos anos atraíram a atenção os folhetins, de palavra sua, dados sob o título "*Cartas de um caipira*".

Eduardo de Andrade Pinto – posteriormente deputado geral e ministro, foi em seu tirocínio acadêmico um bom estudante, a saber – inteligente e aplicado. Como era natural, salientou-se, mesmo entre os mais distintos.

Obedecia a um temperamento impulsivo.

Assim, parecendo-lhe estar compreendido numa repreensão geral dirigida a toda a aula pelo conselheiro Brotero, não duvidou ao sair da aula interpelar o venerando mestre – se havia nas palavras que proferir alusão à sua pessoa.

O conselheiro Brotero de uma resposta evasiva, e depois promoveu contra o afoito estudante um processo disciplinar.

Querem outra prova?

Alguns anos depois, era ele – deputado à assembleia provincial do Rio de Janeiro.

Vinham, numa das barcas Ferry, para a corte vários deputados provinciais e, como sempre, muita gente mais.

Ao aproximar-se da ponte a barca, antes de atracar, um dos passageiros, mais impaciente, dá um salto para galgar a ponte...

Quis a fatalidade que nesse momento o impulso duma vaga afastasse a barca e assim caiu no mar o imprudente passageiro.

Estava ali próximo Andrade Pinto.

Sem refletir, sem calcular, sem outra intenção a não ser o fito generoso de salvar o desventurado náufrago, salta ele também ao mar...

Ora aconteceu que, um impulso oposto das ondas, auxiliando o movimento dado à barca pelo vapor, trouxe-a de novo junto à ponte e todos viram iminente o choque que ia esmagar aqueles dois homens...

Angústia geral!

A onda, entretanto, repeliu lateralmente ambos os corpos, que assim puderam ser salvos da dupla e formidável colisão.

A pessoa, que nos referiu este caso, acrescentou – que Andrade Pinto não sabia nadar.

O seu ato, portanto, teria sido, neste caso, puramente impulsivo.

Passemos à segunda seção da turma de 1856.

Não são inferiores pelo talento muitos dela aos que acabamos de classificar na primeira categoria. Eram, entretanto, um pouco menos aplicados ou talvez, alguns deles, de temperamento menos expansivo, sem aquela afoiteza que, ainda em pequena dose, faz-se necessária para se galgarem as alturas, tanto em sentido material, como em acepção figurada.

Basta, para a confirmação do que avançamos, que sejam citados os nomes dos estudantes aos quais nos estamos referindo.

E são eles: Rodrigo Silva, Lopes Chaves, Capanema, Raphael Brotero, Luiz Dias Novaes, Moreira Tavares, Castrioto, Motta Cunha, Madureira, Vieira Braga, Lindorf França e Lopo Diniz.

Agora, vamos por partes.

Rodrigo Augusto da Silva – Que saudade nos desperta n'alma este nome!

Rodrigo Silva era muito querido de todos aqueles que com ele privavam. Tinha uma poderosa atração pessoal e uma cativante amenidade de trato.

Possuía, ao mesmo tempo, uma inteligência tão fina, uma completa intuição das coisas que o conjunto desses felizes predicados dava-lhe uma extraordinária superioridade para a vida pública.

Não fosse ele algum tanto indolente, e tivesse menor dose de ceticismo, que poderia ter-se feito um homem poderosíssimo.

Pensamos, entretanto, que teria ele tido maior sucesso na carreira diplomática, se a tivesse seguido, do que na política.

Deixemos, porém, de digressões, e não desnaturemos o tom singelo e despretensioso destas crônicas.

Devemos dizer – quem foi na Academia o estudante Rodrigo Silva.

Pois bem, no físico era ele um moço elegante, bonito mesmo, o antes um distinto *gentleman*.

Deve ter tido nesse tempo mais de um triunfo junto ao belo sexo... Que jamais o detestou.

Delfino Cintra, seu amigo devotado, mas de uma veia cáustica irreprimível, chamava-lhe nos últimos tempos – *galo magro*; e explicava com muito chiste a propriedade desse qualificativo.

Intelectualmente, revelava ele, desde os bancos da Academia, o seu seleto talento. Assinalava desde então, nos prélios do jornalismo, a sua pena literária e ligeiramente satírica, o seu estilo claro, elegante e cheio de aticismo.

Político desde então, foi eleito, mesmo antes de sua formatura, deputado suplente na 10ª legislatura (1857-60), e veio a tomar assento.

Na seguinte legislatura foi eleito deputado, conjuntamente com Carrão, José Bonifácio, Martim Francisco, Flamínio Lessa, Nebias, barão da Bela Vista, Costa Pinto e Barbosa da Cunha.

Foi sucessivamente reeleito para as 15ª, 16ª, 19ª, 20ª e 21ª legislaturas.

Na 18ª foi eleito, mas *depurado*[26] na verificação de poderes.

Também foi deputado provincial nas 14ª e 27ª legislaturas.

Os anais parlamentares, tanto da Assembleia Geral, como da Provincial – estão repletos de discursos seus, notáveis geralmente pelo estudo, e, principalmente, nos últimos tempos, quando ministro, pela habilidade no dizer.

Foi ele, de fato, como toda a gente sabe, ministro nos gabinetes Cotegipe e João Alfredo, e era, por certo, das figuras principais do governo.

Cotegipe, uma vez, da tribuna da Câmara, prestou homenagem à habilidade de Rodrigo Silva, ao seu *savoir faire*,[27] ao que nas mesmas ideias, acrescentou, em aparte, o deputado adverso Affonso Celso Filho:

– E também o seu *savoir dire*.[28]

Uma feita, fazendo parte Rodrigo de uma mesa eleitoral, surge um incidente...

Foi ele mesmo quem nos referiu este fato.

Eram mesários dois liberais e dois conservadores. O coronel Gabriel Coutinho opunha-se à aceitação do voto de um *fósforo*.[29] Naturalmente, por este simples fato, opinavam em sentido contrário os dois mesários liberais.

Tinha de desempatar Rodrigo Silva como presidente da mesa.

Então, revestindo-se de toda a solenidade declarou ele que votaria pela aceitação do voto se o dr. A. C. (um dos mesários liberais e pessoa de posição saliente na sociedade) declarasse sob palavra de honra que aquele votante era legítimo.

– Dou a minha palavra que o é, disse de pronto o interpelado.

– Pois nesse caso pode votar.

Recebido o voto, solta Rodrigo uma boa gargalhada:

– É *fósforo* genuíno! Explica, e foi arranjado por mim! Muito obrigado aos senhores.

Em matéria de segredos políticos, levava Rodrigo Silva a extremo a sua discrição.

Ele servia-se da palavra para ocultar o pensamento.

---

26 Eliminação, pela Comissão de Verificação de Poderes, de concorrente em pleitos eleitorais; também conhecido como “degola” dos opositores. Tornou-se mais comum na Primeira República (1889-1930).

27 Tradução: saber fazer.

28 Tradução: saber dizer.

29 Impostor, alguém que votava em lugar de outra pessoa.

Por exemplo, para evitar que os amigos lhe fizessem perguntas, era ele o primeiro a lhes perguntar o que havia a tal respeito.

Numa das crises do gabinete João Alfredo, andava Rodrigo Silva a procurar em tom de gracejo na Câmara um confessor para o ministério, aludindo à sua morte iminente.

Nesta ocasião, disse numa roda o Conselheiro Duarte de Azevedo:

– Asseguro-lhes que o ministério está firme.

– Por quê? Pois não ouve o que está dizendo o Rodrigo?

– Por isso mesmo. Se o ministério estivesse realmente em crise, não falaria assim o Rodrigo.

E esta era a verdade, que os fatos posteriormente confirmaram.

Joaquim Lopes Chaves – Tem ele quanto à finura política, quanto à habilidade partidária muita analogia com Rodrigo Silva, e o excede, quanto à tática parlamentar, a saber no profundo conhecimento da psicologia das assembleias deliberativas de que faz parte.

Foi na Academia um bom estudante; todavia mais inteligente que estudioso.

Ainda hoje assim o reputamos.

É um espírito alevantado e sempre muito suscetível em assuntos que lhe possam ferir o melindre pessoal.

Foi deputado provincial em um número avultado de legislaturas, e também deputado à Assembleia Geral.

Viu com extrema lucidez de espírito o próximo advento da República, e em julho de 1889, convidou os seus correligionários conservadores a adotarem resolutamente como ele o fazia, a bandeira da democracia pura, descrentes como deviam estar do regime imperial, que tanto oprimia a expansão do sentimento nacional.

Na República o dr. Lopes Chaves tem sido – deputado federal, senador estadual e é, presentemente, senador federal.

Quiséramos referir a seu respeito algumas anedotas características... Mas outras individualidades estão a solicitar a nossa atenção e aos leitores não aprazem escritos muito estirados.

José Xavier da Silva Capanema – Natural de Minas Gerais. Era um bom estudante, hábil e aplicado. Não temos sobre ele ulteriores informações.

Antônio Moreira Tavares – Do Rio de Janeiro. Bacharel do colégio Pedro II. Bom estudante. A princípio magistrado, depois advogado no Rio de Janeiro. Falecido.

Antônio Rodrigues da Motta Cunha – Do Rio de Janeiro, bom estudante. Exerceu cargo administrativo na Secretaria do Império. É falecido.

Francisco Baptista da Cunha Madureira – Da Bahia. Fez em S. Paulo tão somente o seu 5º ano, tendo cursado em Pernambuco os quatro primeiros.

Faltam-nos sobre ele informações.

Francisco Vieira Braga – Natural do Rio Grande do Sul, bom estudante. Nada sabemos a seu respeito depois da formatura.

Lindorf Ernesto Ferreira França – De S. Paulo. Bom estudante. Foi oficial da Secretaria da Polícia na Corte, em 1857, tesoureiro na mesma repartição em 1858. Neste mesmo ano faleceu.

Raphael Dabney de Avellar Brotero – Filho do ilustre conselheiro Brotero. Estudante distinto. Nascido em S. Paulo. Promotor público em Guaratinguetá logo no mesmo ano da sua formatura. Depois abriu escritório de advocacia naquela comarca, onde se tornou notável tanto por seus trabalhos forenses como por sua influência política. É hoje abastado fazendeiro no mesmo município.

Carlos Frederico Castrioto – Não é um nome obscuro na política nacional.

É natural do Rio de Janeiro, do município de Angra dos Reis, onde foi promotor público. Foi deputado provincial por vezes e também deputado geral e por fim ministro da guerra.

Era conservador e *paulinista*.[30]

Dizemos *era*, porque, infelizmente, já não vive.

Lopo Diniz Cordeiro – Na Academia era seu nome – Lopo Cordeiro da Silva Diniz. Hoje é conde Diniz Cordeiro, cremos que por mercê da Santa Sé.

Foi bom estudante e tornou-se bom advogado no foro fluminense. A princípio envolvera-se na política, chegando a ser eleito deputado à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.

É (ou era?) moço fidalgo da casa imperial.

Cremos que foi com um parente seu que se deu o seguinte caso.

Dirigira ele uma longa e documentada petição ao conselho de Estado, reclamando certos foros de nobreza e demonstrando a sua clara estirpe, que se entroncava em antiga dinastia do reino de Portugal. O relator do feito, depois de se ter embrenhado naqueles alfarrábios, opinou, mais ou menos, nestes termos:

"Concordo na pretensão do requerente... Sem prejuízo dos direitos da dinastia imperante ao trono do Brasil"

Luiz Dias Novaes – Paulista. Bom estudante. Inteligente e folgazão. Muito estimado pelos colegas. Foi deputado provincial em diversas legislaturas. Fazendeiro em Barreiros. Mudou-se depois para o Rio de Janeiro, onde se fez capitalista e proprietário.

No seu segundo ano, prestes a tirar o ponto,[31] declarou aos colegas que, qualquer que fosse o assunto sorteado, em direito eclesiástico, ele começaria a sua

---

30 Filiado à linha do político Paulino José Soares de Sousa (1834-1901), filho do Visconde de Uruguai.

31 Os exames finais eram avaliados de acordo com os pontos que foram vistos ao longo do ano. Vinte e quatro

exposição com as seguintes palavras: "*Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam*".[32]

Ora este protesto armou, como era natural, grande expectativa por parte dos colegas. Podia, com efeito, ocasionar um disparate.

No dia do ato, encheu-se a sala de expectadores, à espera todos do – *Tu es Petrus*.

Eis que chega a vez do Luiz Novaes. Encaminha-se ele gravemente para a mesa examinadora, toma assento e logo que o padre Anacleto lhe diz: "Exponha o seu ponto", começa ele:

– *Tu es Petrus et super hanc petram*...

Não lhe foi possível concluir, abafada sua voz por uma espontânea explosão de riso de todo o auditório. Parecia que vinha abaixo o salão dos exames.

Não compreenderam os lentes a razão de tão estranha hilaridade e difícil foi restabelecer-se a ordem para que pudesse prosseguir o examinando.

Verificou-se depois que soube ele com muita habilidade prender ao assunto aquele nariz de cera, que tanta celeuma tinha provocado.

Eis-nos agora chegado à turma dos regulares. Por amor à aritmética fazemo-la também composta de doze nomes: Antônio Carlos dos Reis, Antônio Lourenço de Freitas, Antônio e Francisco Perestrello, Ernesto e Francisco Martins, Soares Martins, Serafim Muniz, Antero Barbosa, Américo Vespúcio, Fidelis Botelho, Moreira da Rocha e Mendonça Furtado.

Procedamos analiticamente:

Antônio Carlos dos Reis [Júnior] – Da Bahia. Fez quase todo o curso em Pernambuco. Ignoramos se é parente do dr. Almeida Reis, e de Francisco Carlos dos Reis, ambos também da Bahia, e formados, este, em 1862, e aquele em 1861.

Antônio Lourenço de Freitas – De S. Paulo. Bom estudante. Seguiu a magistratura. Foi juiz municipal do termo de S. Luís do Paraitinga e juiz de direito da comarca de Ubatuba, em cujo exercício veio a falecer.

Antônio Nunes de Seabra Perestrello – Do Rio de Janeiro. Foi juiz municipal em Mangaratiba, em 1858. Faleceu em 28 de março de 1862.

Francisco Nunes de Seabra Perestrello – Também do Rio de Janeiro, nomeado juiz municipal em 1860. Nada mais nos consta.

horas antes do exame oral, um ponto do programa era sorteado e, no dia seguinte, o estudante deveria explicá-lo à banca examinadora (cf. Cap. VI e VII dos Estatutos de 1831 e Cap. V do Decreto n. 1.386, de 28 de abril de 1854).

32 Tradução: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja" (Mateus, 16:18).

Ernesto Gonçalves Martins e *Francisco Gonçalves Martins* – Ambos da Bahia. Eram primos, um filho e outro sobrinho do barão de S. Lourenço.

Cursaram três anos em Pernambuco e seguiram, depois de formados, a magistratura em sua província natal.

José Luís Soares Martins[33] – Também da Bahia. Cursou quatro anos a Faculdade de Pernambuco. Juiz Municipal em Minas em 1857. Nada mais sabemos a seu respeito.

Serafim Muniz Barreto – Também da Bahia e também cursou quatro anos em Pernambuco. Seguiu a carreira da magistratura, na qual atingiu aos mais altos postos, pois chegou a ser desembargador na relação da Corte. Parece-nos que foi também deputado geral.

Antero José Barbosa Lage[34] – De distinta família mineira, Estudante regular. Foi juiz municipal em Juiz de Fora. Depois... Ignoramos o rumo que tomou.

Américo Vespúcio Pinheiro e Prado – De S. Paulo. Inteligente e muito afeiçoado aos deveres escolares. Juiz municipal em Santos em 1860; juiz de direito em Lorena e noutras comarcas, e por fim desembargador da relação de S. Paulo.

É o pai dos distintos moços Pinheiro e Prado, que tanto se têm recomendado um na administração policial, outro no foro paulistano.

Fidélis Ignacio de Andrade Botelho – De Minas Gerais.

A princípio magistrado, depois político em Minas. Deputado provincial e Geral.

José Moreira da Rocha – De Minas Gerais. Estudante regular. Nenhuma informação possuímos a seu respeito.

Antônio de Castro de Mendonça Furtado – Conhecemo-lo pessoalmente. É paulista. Era, segundo nos informam, estudante inteligente e aplicado. Foi juiz municipal em S. José dos Campos, onde posteriormente exerceu a advocacia.

Foi eleito deputado à Assembleia Provincial para o biênio de 1872-73.

Tanto na tribuna como na palestra não deixava ele de revelar certa *verve*, por vezes interessante.

Encontramo-lo um dia na estação de S. José dos Campos, a comprar bilhetes para seguir viagem ferroviária.

– O sr. está reparando, disse-nos ele, que viajo na 2ª classe?

– Não sr., nem tenho nada a ver com isso...

– Mas sabe porque assim pratico?

---

33 Almeida Nogueira grafa erroneamente o nome dele, que é *João Luís Soares Martins*.

34 Almeida Nogueira grafa erroneamente o nome dele, trocando os dois últimos sobrenomes. O correto é *Antero José Lage Barbosa*.

– Naturalmente porque lhe convém.

– Sim, mas sabe por quê?

– Não senhor.

– Pois eu viajo em 2ª por não haver 3ª.

Pouco falta para completarmos a lista dos bacharéis de 58.

Algumas notas mais, e estará finda a nossa tarefa.

Joaquim Ignacio de Moraes – Paulista da gema; pois é paulistano. Irmão do dr. João Baptista de Moraes. Foi promotor público de Jacareí em 1857, juiz municipal no ano seguinte, mais tarde juiz de direito, em diversas comarcas, entre as quais na de S. Carlos do Pinhal e na de Atibaia. Foi deputado provincial no biênio de 1861-63.

José Carlos Machado de Oliveira – Do Pará. Depois de formado estabeleceu-se em S. Paulo e em 1857 foi juiz municipal em Itapetininga. Não temos dele outra informação.

José Antônio de Oliveira Seabra – Do Rio. Fez dois anos em Pernambuco. Advogado em Campos. Faltam-nos informações a seu respeito.

Manuel Marques de Sá – Do Rio de Janeiro. Inteligente, mas pouco aplicado. Distinto, elegante. *Toilette* bem apurada.[[35]] Trato afável e revelador de fina educação. Assim foi também na vida prática. Teve grande fortuna. Foi diretor do Banco do Brasil.

Em vista das suas maneiras afidalgadas, sem a mínima afetação – seja dito em seu abono, os colegas chamavam-lhe – o Marquês.

E coisa curiosa, não havia meio, numa viagem que ele fez à Europa, de declinar daquele tratamento.

Marquês de Sá, havia de ser por força: *mr. le marquis de Sá*.

Quisesse ele ou não, como impedir aos *concierges*, criados, *maîtres d'hotel* de lhe darem o título heráldico que o seu nome indicava?

Para consolo seu, um seu parente de nome Duque Estrada, não se podia libertar da profusão dos *Duc d'Estrada*.

Este, porém, de humor diferente, aceitava com alacridade o tratamento e se regozijava com o equívoco.

É mais que tempo de colocarmos o ponto final.

Deixamos para outra oportunidade a publicação de algumas cartas, que temos recebido sobre a nossa crônica anterior.[[36]]

[35] Aqui, *toilette* tem o sentido de vestuário.

[36] Referente à turma acadêmica de 1834-1838. Foi publicada no jornal em 30 de abril de 1906 e posteriormente incorporada ao volume 1 das *Tradições e Reminiscências*, em NOGUEIRA, 1907, v. 1, p. 53-75.

Continuaremos a pedir aos nossos leitores as retificações ou os complementos que acharem oportuno às escassas informações que havemos coligido.

3. A Turma Acadêmica de 1858-1862[37]

As crônicas da vida acadêmica – Por paus e por pedras – Princípio de execução – Biografias "in ovo" – Gerações que passaram – Um 5º anista em férias – Admiração por ele suscitada – A turma acadêmica formada em 1862 – "É um burro!" – Incidente, no ato do 5º ano, entre o dr. Justino de Andrade e o estudante Ramos Nogueira – Apreciação crítica sobre este último – Era um estudante talentoso, mas um "tipo" esplêndido – Ia diariamente de casaca à Academia – Origem da alcunha "Perereca" – Uma distração do major Sebastião Azevedo – Rapto sem maior consequência – O "Conto misterioso" e a esperteza do Luiz – O Ramos Nogueira em viagem – Desaforos pagos a 20$000 – Alvoroço produzido pelo advérbio "convenientemente" – Resolução heroica, ranchos, toucinho e carne seca – Altos e baixos na vida – O dr. Ramos Nogueira faz-se discípulo de Kardec – Apego à vida terrestre – Problema resolvido por um sacerdote católico – Um tema para o leitor.

Como já foi dito nesta mesma seção, há todo um livro por se escrever, e livro que pode ser interessantíssimo, sobre a Academia de S. Paulo... Especialmente nos tempos idos.

Dir-nos-ão que já vamos encanecendo e que somos, por isso, *laudator temporis acti*.[[38]]

Pois enganam-se.

Não é por amor ao passado que supomos ser a sua crônica mais atraente que a crítica ou a narração dos fatos da atualidade.

Não, não é por isso; mas simplesmente porque se tem maior liberdade no dizer. Os malévolos, quiçá, acrescentarão que há também maior liberdade para a imaginação do cronista.

Pode muito bem que seja assim.

Nesta última parte, porém, não nos cabe a carapuça. Não negamos que, ciente ou inconscientemente, a nossa pena procura às vezes enfeitar os fatos que esteja a referir; e sempre ela considera um dever atenuar por eufemismos certos ditos apimentados que tenha de reproduzir ou pôr um véu apropriado sobre certas cenas que tenha de descrever.

37 Ver também Nogueira (1977, v. 5, p. 201-259), pesquisa de Carlos Penteado de Rezende.
38 Tradução: alguém que elogia tempos passados (frase do poeta Horácio).

Certas audácias de formas e o realismo de algumas autuações seriam toleráveis *inter popula*,[[39]] ou em íntima confabulação oral [?], mas não comportam a escrita a não ser sob a proteção de [*ilegível*] de parteiras e as devidas cautelas do estilo.

Se isto nos permitimos, todavia, nada inventamos quanto ao fundo das narrações.

Dado que sejam apócrifos alguns dos fatos que nestas crônicas ficam registrados, não nos caberá outra culpa senão a de sermos confiante, a de termos dado fé a alheio testemunho.

Em relação às crônicas da vida acadêmica, especialmente, pode acontecer que de fato não sejam autênticas algumas anedotas que correm ativa ou passivamente ligadas a certos nomes de lentes ou de estudantes. Queríamos dizer – casos em que tais nomes figuram como protagonistas ou como vítimas no incidente referido, quando haja nele herói e paciente.

Muitas vezes, uma pilhéria inventada por mera diversão de espírito é repetida com acréscimos e já com determinada aplicação; e, assim, formada a sua curiosa gênesis, vai ela evolvendo, até que chega a conquistar os foros de autenticidade.

A princípio não se apura muito se o caso é *vero*,[[40]] basta que seja *ben' trovato*;[[41]] depois, à força de ouvi-lo, toda a gente acredita na sua veracidade.

Essa verdade, algumas vezes, por ser hipotética, por não ser objetiva, isto é, por não resultar de um fato acontecido, nem por isso deixa de ser moralmente uma verdade. Assim acontece quando a invenção vem, por exemplo, descrever exatamente o caráter de uma pessoa, apanhar-lhe a feição peculiar. Procede, então, de uma generalização formada pela causticidade e fina observação de pessoa mais espirituosa que Voltaire, a saber – *tout le monde*.[[42]]

Mas... Por duas razões detenhamo-nos aí, nesta vereda, e passemos a outro assunto. 1ª, porque tais criações subjetivas, tais fenômenos psicológicos já foram com muito chiste estudados por Daudet, e o leitor deve conhecer as suas três deliciosas fantasias sobre o Tartarin de Tarrascon;[[43]] 2ª, porque temos receio de que os leitores, com muita razão, acoimem de pedantismo a dissertação que sobre tal ponto lhes quiséssemos impingir.

39 Tradução: entre o povo.

40 Tradução: verdadeiro.

41 Tradução: bem inventado. A expressão é "se non è vero, è ben trovato", que significa que, mesmo que não seja verdade, é bem inventado (achado).

42 Tradução: todo o mundo.

43 O Tartarin de Tarascon é o personagem principal de uma trilogia publicada pelo escritor francês Alphonse Daudet (1840-1897).

Há ainda uma terceira razão, a seguinte: o assunto é *maçante*, e, por isso, exatamente, pertencente à categoria única excluída do variadíssimo programa desta seção.[44]

Prometemos, há tempos, que nos ocuparíamos, por vezes, nestes escritos, traçados *currente calamo*,[45] de coisas da nossa velha Academia, referentes ao seu passado.

E, se bem se lembra o leitor, quando ainda a nossa tenda se assentava nas colunas do *Commercio de S. Paulo*, não fomos infiéis a este programa.

Rememoramos a história das turmas acadêmicas de 1855[46] e de 1857,[47] referimos o episódio da eleição para redator-chefe da *Imprensa Academica*, disputada entre Afonso Pena e Rodrigues Alves[48] e, ultimamente, demos alguns traços biográficos do conselheiro Veiga Cabral, com os respectivos temperos.[49] Parece que estes souberam ao paladar do público, pois que a edição da folha esgotou-se no mesmo dia.

Temos agora em preparo, sob a mesma feição de respeitosa e simpática admiração, notas biográficas sobre o conselheiro Brotero[50] e o dr. João Theodoro.[51]

Seguir-se-ão na berlinda outros lentes, que foram nossos mestres, alguns dos quais muito amigos, entre eles o cônego dr. Andrade,[52] conselheiros Justino de Andrade,[53] Crispiniano[54] e dr. Sá e Benevides.[55]

44 Almeida Nogueira se refere à coluna "Great Attraction!", iniciada em 1905 no jornal *O Commercio de S. Paulo*. Posteriormente, ela migrou para o *Correio Paulistano*, órgão do partido republicano.

45 Tradução: de maneira despreocupada, espontânea; escrever "ao correr da pena".

46 Posteriormente incorporado em Nogueira (1909, v. 7, p. 139-278).

47 Posteriormente incorporado em Nogueira (1908, v. 3, p. 77-208).

48 "Great Attraction! – Rodrigues Alves e Affonso Penna (em 1870) – Emulos e amigos, na Academia de Direito de São Paulo". *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, 6 de novembro de 1905, p. 1. Esta coluna não entrou em sua obra.

49 "Great Attraction! – In illo tempore – Lembranças e Tradições da Academia de São Paulo – O Conselheiro Veiga Cabral". *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, 18 de fevereiro de 1906, p. 1. Incorporado à crônica geral sobre Veiga Cabral, em Nogueira (1907, v. 1, p. 55, 80 e 123; 1907, v. 2, p. 8, 32, 34 e 145; 1908, v. 3, p. 215 e 216; 1908, v. 4, p. 38, 129 e 131; 1908, v. 5, p. 23; 1909, v. 6, p. 7, 140 e 142; 1909, v. 7, p. 8, 85 e 145; 1910, v. 8, p. 3, 67 e 70; 1912, v. 9, p. 94).

50 Em Nogueira (1907, v. 1, p. 26, 28, 55, 79, 122 e 123; 1907, v. 2, p. 8, 32, 144, 177 e 303; 1908, v. 3, p. 214; 1908, v. 4, p. 25, 34, 129 e 130; 1908, v. 5, p. 22; 1909, v. 6, p. 6, 130, 139, 142 e 187; 1909, v. 7, p. 8, 85 e 145; 1910, v. 8, p. 2, 61 e 66; 1912, v. 9, p. 1 e 93).

51 Em Nogueira (1907, v. 1, p. 282; 1907, v. 2, p. 147 e 155; 1908, v. 5, p. 264; 1909, v. 7, p. 280; 1910, v. 8, p. 132).

52 Em Nogueira (1907, v. 2, p. 148 e 156; 1909, v. 6, p. 233).

53 Em Nogueira (1907, v. 1, p. 282; 1907, v. 2, p. 147, 155, 177, 303 e 304; 1908, v. 3, p. 216; 1908, v. 4, p. 271; 1908, v. 5, p. 265; 1909, v. 6, p. 187; 1910, v. 8, p. 132; 1912, v. 9, p. 212).

54 Em Nogueira (1907, v. 1, p. 55, 122 e 282; 1907, v. 2, p. 98, 146, 154, 177 e 303; 1908, v. 3, p. 79 e 214; 1908, v. 5, p. 149 e 265; 1909, v. 6, p. 68, 142 e 187; 1909, v. 7, p. 86 e 145; 1910, v. 8, p. 67 e 132).

55 Em Nogueira (1907, v. 1, p. 263, 267 e 282; 1907, v. 2, p. 147, 155 e 304; 1908, v. 4, p. 155 e 271; 1909, v. 6, p. 188; 1909, v. 7, p. 280; 1910, v. 8, p. 132; 1912, v. 9, p. 161 e 212).

Ocupar-nos-emos também, na de hoje e noutras das nossas próximas *Great attractions* – de estudantes e estudantadas.

Nesta categoria encontramos de todo o gênero; e, por isso, também, conforme o assunto, há de variar o nosso estilo.

Há muita notabilidade acadêmica que floresceu apenas nas arcadas do convento de S. Francisco. Outras produziram alguma coisa, no vasto cenário da *vida real* (por oposição à *vida de ilusões*) não, porém, tanto quanto prometiam ou lhes vaticinavam os colegas.

Outros corresponderam plenamente àquela expectativa: distintos na Academia, também se assinalaram notavelmente no parlamento, na diplomacia, na administração, no jornalismo, na magistratura, na advocacia, no magistério, etc.

Outros, finalmente, transitaram nas aulas e nas lides acadêmicas como frontes vulgares; entretanto, posteriormente, *cá fora*, aureolaram-se de virentes louros.

Querem exemplos do quanto levamos dito?

Mencioná-lo-emos oportunamente.

Agora, vamos pôr termo a esta tagarelice quase... Feminil. Perdoe-nos a leitora, queríamos dizer interminável: o que é bem diverso, pois a tagarelice feminina é sempre deliciosa.

Transportemo-nos para o ano de 1862.

Em 1862...

Infelizmente, não podemos dizer *nondum natus eram*.[[56]] Já éramos nado, e fazíamos então o nosso curso primário.

Nas férias encontrávamo-nos no lar paterno com um estudante de S. Paulo, um 5º anista de direito!... Quanta admiração, quanta inveja despertava em nosso espírito de *cascabulho*[[57]] o prestígio daquela posição do distinto *cursista*!

E quem era o personagem que tanto nos deslumbrava a mente juvenil?

Era um parente nosso, nosso tio pelo lado paterno, e depois muito nosso amigo – era o *Tio Antônio*. Os seus colegas chamavam-no o *Antônio Luiz* ou o *Ramos Nogueira*; e os seus desafeiçoados, pelas costas, o apelidavam o *Perereca*.

Fosse, porém, alguém na sua presença chamá-lo por essa alcunha!...

O seu nome era – Antônio Luiz Ramos Nogueira.

Era ele, de fato, como depois nos certificamos, um grande estudante, um estudantão.

---

[56] Tradução: "eu ainda não era nascido" (passagem das *Fábulas* de Fedro).

[57] Colegial. O estudante de preparatórios (no curso anexo, para ingressar na faculdade) era chamado de "bicho" (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 129).

O 5º ano de 1862 contava nada menos de 88 alunos matriculados. Entretanto, era o Ramos Nogueira enumerado entre os três primeiros – *Reis*, *Ramos* e *Itaqui*!

Destes, todavia, somente o Itaqui defendeu teses, e recebeu o grau de doutor. O Reis (Francisco Carlos dos Reis) era natural da Bahia, irmão do dr. Almeida Reis, que foi lente, e tão talentoso como este. Morreu prematuramente, supomos; aliás, teria aparecido na cena pública.

É possível que o mesmo tenha acontecido, no Rio Grande do Sul, de onde era natural, a Itaqui (Emygdio Barbosa de Oliveira Itaqui); pois que também o seu nome não surgiu à tona da notoriedade pública.

A despeito desta primazia, vejam agora os leitores alguns outros nomes de estudantes dessa mesma turma, formada em 62, e admirem-se de que lhes não tenha cabido, nos certames acadêmicos, precedência sobre a trindade – Reis, Ramos e Itaqui.

Os nomes, a que nos referimos, são os seguintes, que toda a gente conhece:

- [José da] Silva Costa
- [Joaquim José] Vieira de Carvalho[58]
- Josino do Nascimento [Silva Júnior]
- Ignacio [Antônio de Assis] Martins
- Florêncio [Carlos] de Abreu [e Silva]
- [José] Cesário [de Faria] Alvim [Júnior]
- Jorge [Ludgero de Cerqueira] Miranda
- [Manuel] Eufrasio Corrêa
- Pedro [Antônio] Ferreira Vianna
- Gregorio [José de Oliveira] Costa [Júnior]

Dentre os 75 restantes há de haver ainda muitos nomes distintos.

A respeito de algum desses, dos mais notáveis talvez, externava-se o Ramos Nogueira com uma desapiedada crueza de frase... "É burro!", dizia ele, e não admitia contestação.

O seu juízo, porém, sempre peremptório, em tais apreciações era, felizmente, muito falível.

Basta mencionar-se que ele qualificava naquela mesma categoria o sábio lente dr. Justino de Andrade. Tolerava que se lhe reconhecesse alguma, não muita, erudição; mas não admitia que se lhe desse o mínimo talento. "É burro!" sentenciava ele, sem apelação. "O Ribas, sim! Falem-me do Ribas: este, sim, é uma inteligência superior".

58 Lente, em Nogueira (1907, v. 1, p. 82; 1907, v. 2, p. 148 e 156; 1909, v. 7, p. 280).

Parece-nos que nas apreciações do Ramos Nogueira pesava sempre a simpatia ou a antipatia que lhe inspirava a pessoa a quem ele se referia.

Assim, é certo que, por motivos que ignoramos, não era o dr. Justino de Andrade santo da sua devoção.

Em compensação, valha a verdade, parece que também o dr. Justino tinha contra ele algum teiró.

O fato seguinte demonstra a nossa conjectura.

O Ramos fazia o seu ato do 5º ano. Examinava-o o dr. Justino em Direito Administrativo.

"Quais são, perguntou este, os *princípios fundamentais* do Direito Administrativo?".

Depois de breve pausa, para o fim de penetrar o sentido vago da pergunta, respondeu o examinando, com toda a ênfase:

– Os princípios fundamentais do Direito Administrativo são todos aqueles sobre os quais se baseia esta ciência!

O conselheiro Carrão, que estava presente e simpatizava com o Ramos Nogueira, mordeu os lábios para não se rir.

O dr. Justino, algum tanto agastado, replicou:

– Não pode precisar mais a sua resposta?

– Posso, sim, senhor, se V. Exa. precisar mais a sua pergunta.

Não podia ser mais feliz e mais espirituosa a tréplica.

Dissemos que o Ramos Nogueira assinalava-se como bom estudante. É a verdade: mas tinha exclusivamente cultura jurídica.

A sua instrução literária era deficientíssima; e da científica, a saber – da de ciências físicas e naturais... Nem falemos!

Escrevia incorretamente, não obstante com certa *verve*. A sua ortografia era desgraçada. Por exemplo, ele escrevia *chuva* com *x*, não que fosse positivista (longe disso, como veremos), não que seguisse o sistema da ortografia fônica (pois também escrevia *Ernesto* com *h*); mas – por ignorância. Dizia ele que – por desdém, por não se prender a uma preocupação frívola.

Entretanto falava bem. Era um orador fluente e, por vezes, arrebatador. O seu estilo oratório, porém, pecava por desigual. Começava, por exemplo, com um exórdio altissonante; tocava, depois, às raias do patético; passava, em seguida, repentinamente, a jocosidades triviais. E, assim, *caia* a sua bela oração, formando um monstro horaciano.

No tribunal do júri, este sistema, ou esta falta de sistema, agradava frequentemente a um auditório *roceiro*; mas produzia má impressão em quem tivesse gosto literário.

Sem embargo de ser um bom estudante e, nesta qualidade admirado pelos colegas e considerado pelos lentes, entretanto o Ramos Nogueira era – um *tipo*, um tipo esplêndido.

Este qualificativo nada tem de deprimente do caráter, nem mesmo dos merecimentos pessoais; se pensássemos diversamente não no aplicaríamos a um parente, cuja memoria nos é afeiçoada.

Tipo significa apenas – na nossa frase, um homem original, uma pessoa fora da comum, diferente, nalguma coisa, das demais pessoas; uma criatura excêntrica, finalmente.

Ora, não há negar, o nosso tio Ramos Nogueira estava ou, pelo menos, esteve nestas condições durante o seu curso acadêmico.

Assim, não ia à aula senão envergando casaca; e, o que é ainda mais original: casaca e calças brancas!

Nem se imagine que fosse esta a moda em 1858-1862.

Não. Tanto assim, que era ele o único estudante que se apresentava vestido por aquele modo.

Referem que aquele traje foi o resultado de um protesto ou de um *berra*[[59]] do Ramos, depois de uma reflexão que lhe fez o conselheiro Cabral, por ter ele vindo à aula trajando paletó sacco.

Agora, à casaca, adicionava chapéu alto, bengala, botinas de polimento, óculos com aros de ouro e ao peito da elegante camisa de pregas uma linha esmeralda.

Quanto o conselheiro Cabral não teria apreciado a metamorfose!

Como dissemos, tinha o Ramos Nogueira particular ojeriza ao apelido *Perereca*...

E, a propósito, de onde lhe veio tão desgraciosa antonomásia? Explicava ele que de um mau gracejo de um seu cunhado – o capitão João Bonifácio.

Não dizia, porém, que tal alcunha lhe *pegou*, por duas razões: a primeira, porque havia certa propriedade – o Ramos Nogueira quando moço, era alto, magro, tinha pernas compridas, pálido e tirando para louro; era colérico e, quando se irritava, tornava-se quase rubro; a segunda razão e a principal: – ele dava o cavaco,[[60]] ao ouvir o apelido.

Era seu correspondente em S. Paulo o major Sebastião de Azevedo, de saudosa memória, e com ele muito simpatizava.

O major, porém, uma grande alma e um caráter puríssimo, era muito distraído. Uma vez, conversando em sua sala com o Ramos Nogueira, que o visitava, teve ele esta *decaída*:

59 Descompostura.
60 Irritava-se, aborrecia-se.

– Ora, conheço entre os moços da Academia vários de nome Ramos: conheço aqui o dr., conheço o Ramos Figueira, conheço o Ramos Careta, só me falta conhecer um célebre Ramos Perereca, de quem tanto se fala...

– O Ramos Perereca sou eu! – exclamou abrasado em cólera o visitante e retirou-se imediatamente.

Embora muito dado ao convívio dos livros, e devoto, portanto, de Minerva, o Ramos Nogueira não desdenhava de, nas horas vagas, prestar culto também a Vênus.

Tanto mais que ele se presumia irresistível...

Il faut bien que jeunesse passe![61]

Para não fugir à regra, travou ele namoro com uma vizinha. Carta vai, carta vem, tudo em grande segredo, que a *república* toda sabia. Por fim, foi-lhe sugerido um rapto. Os seus companheiros de casa não se alarmaram com a eventualidade do caso, nem com a responsabilidade consequente para o Ramos.

Tinham eles, talvez, boas razões para acreditar que a responsabilidade não seria grande, e que tudo não passaria de brincadeira.

No dia aprazado, as circunstâncias favorecendo, e a *mãe* da jovem achando-se ausente *por acaso*, tudo se operou imperturbavelmente, e com a emoção e a poesia habituais, às dez horas da noite, saltando-se janelas, com os disfarces e mais acessórios da escola romântica.

Procurado logo depois, inoportunamente, em sua casa pela *mãe alarmada*, o Ramos ouviu, lisonjeado, todas as invectivas que lhe eram atiradas:

– O sr. é um grande sedutor!

– Não sou sedutor, não, minha senhora.

– O sr. é um leão terrível!

– Não sou leão, não, minha senhora.

– O sr. é uma onça perigosa!

– Não sou onça, não, minha senhora.

– O sr. é um *Lovelacio*![62]

– Não sou Lovelace, não, minha senhora.

Estas respostas eram completadas por um risinho de satisfação. Por fim, pôs-se ele a cismar, achando tudo aquilo muito artificioso, e como que adrede preparado.

As invectivas da velha pareceram-lhe frias e convencionais. Seguiu-se um *tête-à-tête* com a Dulcineia. Conheceu ele então que a moça não tinha espírito, nem era formosa como ele a imaginara e a poetizara.

---

61 Tradução: "a juventude tem de passar". Provérbio francês, significando que se deve perdoar as faltas ou erros cometidos na juventude.

62 Alusão ao poeta inglês Richard Lovelace (1618-1657).

Como é então que escrevia cartas tão sentimentais e tão finamente redigidas!.... Hum... Ali andava algum embuste! Quem sabe se dos companheiros!...

Para abreviar razões, a deusa caiu do Olimpo e transformou-se numa prosaica filha de Eva. O raptor então arrependido, enfastiado, pôs-se a passear pela sala pensando, embora o não dissesse em voz alta, como o Conselheiro Cabral após o casamento:[[63]]

– Que fizeste! E agora, com este estafermo nos braços! Como livrar-te dele?

É provável que, apiedando-se do Ramos, sobreviessem os companheiros como *deus ex machina* nas comédias gregas e pusessem termo àquela cena com uma ceia adrede preparada, retirando-se depois cada qual para a sua casa.

Em 1860 ou 61, se bem nos recorda, o Ramos Nogueira deu à publicidade um trabalho literário sob o título *Um sonho misterioso* em estilo bíblico, ao sabor da época, e com um fundo místico. A cena passa-se no inferno, para onde, como o vate florentino,[[64]] ele desceu em vida e dialogou com os mortos...

Quando se imprimia este opúsculo... Aliás nesta mesma tipografia do *Correio Paulistano*, mandava o Ramos, por um escravo seu, o Luiz, buscar as *provas*.

Tinha então o Luiz que contar o que estavam dizendo na tipografia a respeito da obra e do autor. Já se sabe: que o trabalho estava primorosamente escrito e que o Ramos Nogueira era o primeiro estudante da Academia.

Se isto dissesse, recebia o Luiz uma pingue gorjeta e tinha algumas horas de sueto; no caso contrário, era castigado por mentiroso.

Quando se aproximava o período das férias, providenciava o Ramos Nogueira de modo a organizar uma grande comitiva para a sua viagem da Pauliceia ao Bananal. Muitos camaradas, bonitas montarias, animais à destra, cargueiros, etc. Parecia um alto personagem a viajar.

Ele era, e sempre foi, muito exigente no tratamento. Nos hotéis, tornava-se um hóspede incomodativo.

Este vezo ocasionou mais de uma vez alguns episódios cômicos.

Havia outrora em Pindamonhangaba um pequeno hotel, cujo proprietário era um homem caprichoso, que procurava proporcionar aos viajantes todo o conforto compatível com os recursos locais.

Hospedou-se ali, cheio de importância, o Ramos Nogueira. Não falava ao gerente e aos empregados senão em tom imperioso, duro por vezes; tinha para tudo acres

63 Almeida Nogueira conta que o conselheiro Cabral casou-se com uma das filhas do Tenente General José Arouche de Toledo Rendon (1º diretor da Faculdade), mas arrependeu-se logo em seguida e a abandonou (NOGUEIRA, 1907, v. 2, p, 35-36).

64 Dante Allighieri.

censuras, nada lhe estava a gosto. As palavras *sujo*, *relaxamento*, *ladrão* foram, por vezes, ouvidas com paciência evangélica pelo dono da hospedaria.

No dia seguinte, alta madrugada, fez o Ramos medonha algazarra na casa. Por fim, no momento de partir, sempre tonante, pediu a conta.

De chapéu na mão deu-lha com maneiras submissas o dono do hotel. Depois, enquanto era lida a *addition*,[65] mudou ele subitamente de postura, cobriu-se, armou-se de um formidável cacete e compôs uma catadura de poucos amigos.

O Ramos leu as diversas parcelas e os seus dizeres, tudo em ordem e por preços razoáveis. No final, porém, figurava a seguinte verba: *desaforos – 20$000*.

Surpreendido e indignado, ia reclamar, mas de súbito deparando com a atitude minaz do anfitrião... Emudeceu!

Imaginem o *tableau*.[66] Tirando então prudentemente a carteira, sem turgir nem mugir, pagou toda a conta, inclusive a verba, na verdade baratíssima, dos desaforos.

Como era de prever, este total entrou fundo nas finanças do nosso jurisconsulto itinerante.

Todavia, "*chassez le naturel, il revient au galop*"[67] – e assim, logo em seguida, no pouso imediato, em Lorena, produziu-se um outro incidente, devido à megalomania do nosso estimado tio e amigo.

Havia na entrada daquela cidade uma *casa de pasto* de fraca aparência, mas asseada e regularmente dirigida.

O aspecto não agradou ao Ramos Nogueira, mas que fazer? "*À la guerre comme à la guerre*".[68] Entretanto, e nisto foi todo o mal, interpelou ele – o proprietário:

– O sr. nos pode tratar convenientemente?

Esta pergunta e aquele advérbio perturbaram o pobre homem. Quem será este figurão, inquiriu ele dos seus botões? Estes modos tão sobranceiros, aqueles óculos de ouro, tantos animais, tantos pajens! Quem será?

– Excelentíssimo senhor, disse, a nossa casa é modesta, como vê; mas quanto à refeição poderemos prepará-la menos mal; temos aí frangos, patos, perus, leitoas, e na cidade havemos de nos prover de todas as bebidas finas, assim como de doces e frutas para a sobremesa.

Apeou-se toda a comitiva e foi tratada, gente e animais, mais do que "convenientemente".

---

65 Conta adicional.

66 Cena, situação.

67 Tradução: "Expulsai a natureza e ela voltará a galope", verso da obra *Le Glorieux* (1732), de Philippe Néricault Destouches (1680-1754). Significa que uma pessoa não pode escapar de sua essência.

68 Tradução: "Na guerra como na guerra". Provérbio que significa que devemos nos adaptar às situações adversas da vida.

O Ramos Nogueira só pensava na conta e no rombo que ela iria dar no seu tesouro itinerante.

De fato, no dia seguinte, chegado o *quart d'heure de Rabelais*,[[69]], teve ele que gemer com três dezenas de mil reis, pouca coisa para tão faustoso tratamento, muito porém para a sua bolsa de estudante.

Feito este pagamento, deu ele balanço nas finanças e verificou a sua falência.

Somente lhe restavam para a continuação da viagem uns magros 20$000. E ainda estavam a três dias de viagem do ponto terminal.

– Sr. Vitoriano, disse ele ao capataz da comitiva, deixemo-nos agora de grandezas; tome lá este dinheiro, e vá comprar meia arroba de toucinho e a carne seca necessária para o resto da viagem. Dormiremos nos ranchos, como pudermos, e passaremos de boca como Deus for servi[n]do.

Extra-Academia, levou sempre o dr. Ramos Nogueira uma vida de judeu errante, peregrinando, sem constância em parte alguma, pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Paraná.

Por fim, tendo a seu cargo a administração da fortuna de uma irmã, obteve dela alguns recursos e foi residir em Taubaté, depois mudou-se para S. Paulo, depois foi ao Rio e, finalmente, pobre outra vez, foi advogar na Franca, onde veio a falecer com cerca de sessenta anos de idade.

Na segunda parte da sua vida, abraçara a doutrina espírita. Era um ardente Kardecista. Tinha, porém, uma fé pouco esclarecida.

Era mais do que crente, era crédulo.

Aceitava como diamante as mais extravagantes doutrinas, e tinha por autênticas, todas as *comunicações*, que lhe impingiam médiuns fraudulentos ou espíritos zombeteiros que se revestiam, para abusar da sua boa-fé, dos mais ilustres ou dos mais venerandos nomes.

Apesar de acreditar firmemente na sobrevida, tinha ele muito apego à existência terrestre.

Referiu-nos, ele mesmo, um dia que, tendo tido do espírito de S. Paulo a revelação do seu futuro e verificando que lhe restavam somente cinco anos de vida nesta terra, implorou dele que lhe aumentasse o prazo...

---

69 Tradução: "quarto de hora de Rabelais". Expressão que significa um mau momento do qual não pode escapar ou um momento em que tem de pagar ou saldar uma dívida. Aqui, é utilizado na segunda acepção, em referência ao escritor francês François Rabelais (1494-1553), aludindo uma anedota na qual ele atrapalhou-se por não ter dinheiro para pagar por uma refeição.

E como não nos foi possível conter o riso, ao imaginar a cena referida, explicou ele que o caso era muito sério e que, apesar de espírita convencido, não estava disposto a morrer tão cedo.

Este episódio nos traz à memória um outro igualmente autêntico e que, como ele, oferece ensejo para muita reflexão...

Este último se deu com um sacerdote católico muito amigo nosso e, forçosamente, muito crente na existência da alma e na sua imortalidade.

Perguntamos-lhe um dia, pedindo que nos respondesse com toda a sinceridade:

– Reverendíssimo, se Deus lhe garantisse incondicionalmente o céu, desejaria V. Revma. morrer hoje mesmo ou daqui a mais alguns anos?

– Homem! Disse-nos ele, uma vez que, em toda hipótese me estivesse garantido o céu, eu não me desgostaria de, ainda por alguns anos, ficar neste vale de lágrimas...

Agora, ponha o leitor o caso em si, e depois com a mão na consciência, responda-nos, ou responda aos seus botões: não pensa, ou antes, não sente do mesmo modo?

São Paulo, abril de 2021.

Referências

FERREIRA, Waldemar. A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centuria de 1827 a 1927: notas compiladas e coordenadas pelo Dr. Waldemar Ferreira, professor cathedratico de Direito Commercial: I - Os directores. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, v. 24, p. 3-38, jan./dez. 1928a. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/65215. Acesso em: 24 mar. 2021.

FERREIRA, Waldemar. A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centuria de 1827 a 1927: notas compiladas e coordenadas pelo Dr. Waldemar Ferreira, professor cathedratico de Direito Commercial: II - Os lentes e os professores cathedraticos. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, v. 24, p. 39-143, jan./dez. 1928b. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/65216. Acesso em: 24 mar. 2021.

MACHADO JÚNIOR, Armando Marcondes. *Cátedras e catedráticos*: curso de bacharelado: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo: 1827-2009. São Paulo: MAGEART, 2010.

MAIA, Julio Joaquim Gonçalves. Lista geral dos bachareis e doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos lentes e directores effectivos até 1900: organisada pelo bacharel Julio Joaquim Gonçalves Maia, subsecretario da mesma Faculdade. *Revista da Faculdade de Direito de*

São Paulo, São Paulo, v. 8, p. 208-291, 1900. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64988. Acesso em: 16 abr. 2021.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. [São Paulo]: [*s. n.*], 1953. v. 1.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. [São Paulo]: [*s. n.*], 1953. v. 2.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. [São Paulo]: [*s. n.*], 1955. v. 3.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. [São Paulo]: [*s. n.*], 1955. v. 4.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 1.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 2.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 3.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 4.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 5.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo: Typographia Vanorden & Company, 1907. v. 1. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa01nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1907. v. 2. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa02nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1908. v. 3. Disponível em: https://archive.org/details/s3academiadeso00nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1908. v. 4. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa04nogu/page/n7/mode/2up.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1908. v. 5. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa05nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1909. v. 6.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1909. v. 7. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa07nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typ. "A Editora", 1910. v. 8. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa08nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas. Lisboa: Typographia "A Editora Limitada", 1912. v. 9. Disponível em: https://archive.org/details/academiadesopa09nogu.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. Reminiscencias e tradições da Academia de São Paulo: estudantes, estudantes e estudantadas (em 1862). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 15.311, p. 1, 2 abr. 1906a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/8441. Acesso de: 12 dez. 2020.

NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. Reminiscencias e tradições da Academia de São Paulo: estudantes, estudantes e estudantadas (em 1856). *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 15.343, p. 1-2, 7 maio 1906b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/8655. Acesso em: 11 dez. 2020.

PESSO, Ariel Engel. Análise crítica da bibliografia memorialística sobre o ensino jurídico no período imperial (1827-1889): as "Tradições e Reminiscências" de Almeida Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 182, n. 486, p. 137-162, maio/ago. 2021.

PUPO, Celso Maria de Mello. Almeida Nogueira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 40, n. 190, p. 351-396, jul./dez. 1977.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2. ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. 2 v.